



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682215 - SP (2021/0231555-3)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : JOAO PEDRO BADARO TUNES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JOÃO PEDRO BADARÓ TUNES - SP405051  
ISABELLA PATROCÍNIO AFONSO BADARÓ - SP455803  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : HELIO HENRIQUE HERNANDES (PRESO)  
**PACIENTE** : FERNANDO HENRIQUE VENTURIAN HERNANDES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HELIO HENRIQUE HERNANDES e FERNANDO HENRIQUE VENTURIAN HERNANDES, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2143349-95.2021.8.26.0000).

Os pacientes estão presos temporariamente, pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, I, do Código Penal.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar imposta aos pacientes, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida, previstos no art. 1º, I, da Lei n. 7.960/1989.

Salienta não haver indícios mínimos de materialidade do delito e que a mera gravidade em abstrato da conduta não é suficiente à manutenção da segregação temporária.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a custódia temporária dos pacientes, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida

*inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar”.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência